

31 JAN 1995

Jornal de Brasília

Baixa votação põe em xeque novo Congresso

A leitura do boletim do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as eleições de 94 revela que o Congresso que toma posse amanhã representa uma parcela minoritária do eleitorado. Os 513 deputados foram eleitos por 25 milhões de eleitores, 26% do total de 94 milhões. Os 54 senadores que assumirão na quarta tiveram 46 milhões de votos, menos da metade do eleitorado e menos de um terço da população.

Um parlamentar experiente, hoje ministro, analisava ontem uma papelada recebida de cinco empresas e institutos de consultoria que desde a eleição se dedicaram a bisbilhotar arquivos e ouvir depoimentos para traçar o perfil do futuro Congresso. Cinco documentos expõem, em meio a um ou outro dado de investigação mais profunda, conclusões semelhantes: vem aí um Congresso mais experiente na atividade política, mais exigente nas negociações internas e com o Governo e mais paroquial nas suas propostas e reivindicações.

Ética — Será, também, um Congresso atento à fiscalização da sociedade sobre o respeito à ética. Deputados como Moisés Lipnik (PTB-RR), apontado em dossiê do Banco Central por prática de fraude, seriam exceções. A experiência política e mesmo parlamentar do Legislativo que o País terá a partir de amanhã é flagrante. De seus 594 deputados e senadores, só 112 não têm nenhuma experiência em cargos executivos e legislativos. As pesquisas indicam que 307 foram reeleitos, mas 59 já foram deputados, 27 foram ministros, 49 governaram municípios e 40 governaram estados.

Essa síntese do perfil do Congresso é suficiente para apontar, em caráter preliminar, duas consequências possíveis: o Legislativo deverá ser mais ágil, sob o ponto de vista operacional, e menos dócil ao Executivo, sob o ponto de vista político. Equivale a dizer que deverá funcionar melhor e decidir mais com maior rapidez, ao mesmo tempo em que deverá frear o ímpeto legislativo do Governo e exigir do Executivo ampla capacidade de negociação.

O Governo, que conta teoricamente com o apoio de 398 parlamentares de seis partidos, já abriu o debate com seus aliados sobre a reforma constitucional. Mas antes que envie ao Congresso suas propostas ao Legislativo terá que dar destino a 65 medidas provisórias; ao projeto que institui pensão vitalícia para ex-presidentes e ao projeto que limita a 60% da receita da União, dos estados e dos municípios os gastos com funcionalismo. Na pauta da Câmara também está um projeto que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano.